

PROPOSTA EPISTÊMICO-TEÓRICO-METODOLÓGICA REFERENCIADA NO PATRIMÔNIO TERRITORIAL: Apresentação do Dossiê

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2023.59.14866>

Valdir Roque Dallabrida, Pedro Luís Büttenbender, Daniel Knebel Baggio,
Argemiro Luís Brum, Monica Franchi Carniello, Airton Adelar Mueller,
Aurea Andrade Viana de Andrade, Rafael Gonçalves Gumiero, Valdir Frigo Denardin,
Edemar Rotta, Elaine Cristina de Oliveira Menezes

Em estudos realizados, desde 2021, propôs-se referenciais epistêmico-teóricos e pressupostos metodológicos convergentes com a abordagem territorial do desenvolvimento. Como resultado, esboçou-se uma proposta de referencial metodológico para a elaboração de diagnósticos e prospecção de novos cenários de desenvolvimento, em territórios ou regiões, tendo como estratégia a ativação do seu patrimônio territorial pela a potenciação dos recursos e ativos territoriais, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento. Como resultado dos estudos e investigação, previu-se um sistema de mensuração com base em componentes e variáveis, sintetizado no Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (Imap), fundado em bases ontológicas híbridas, pressupostos multidimensionais e na triangulação de métodos. O que motivou o direcionamento dos estudos foi o entendimento de que ações de diagnóstico, planejamento e prospecção territorial carecem de metodologias que inovem, com o fim de superar os tradicionais estudos setoriais e disciplinares, avançando no sentido de propor a necessidade de análises integradas, multidimensionais e interdisciplinares. Assim, neste momento, vencida uma etapa de estudos e em atendimento aos objetivos a que se propôs o projeto de pesquisa *O patrimônio territorial como referência para o desenvolvimento de territórios e regiões* (ProPAT),¹ celebramos o que tem de mais significativo em termos de resultados: (i) a publicação de quatro artigos em periódicos científicos; (ii) a publicação de um dossiê temático na *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, em 2022; (iii) a publicação de um dossiê temático, composto de sete artigos, na revista *Desenvolvimento em Questão* (que aqui apresentamos); (iv) finalmente, um livro a ser publicado na sequência do presente dossiê.

Dos artigos publicados, dois deles tiveram como foco a temática epistêmico-teórico-metodológica: (i) Dallabrida, Rotta e Büttenbender (2021), em que são apresentados pressupostos epistêmico-teóricos que possam servir de base para referenciais metodológicos; (ii) Dallabrida *et al.* (2021), em que são explicita-

¹ Trata-se de Projeto de Pesquisa coordenado pelo professor Valdir Roque Dallabrida, referente ao Programa Produtividade em Pesquisa (2021-2024), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Outros três projetos de pesquisa, alguns deles ainda em execução, contribuíram com tais estudos: (i) O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: um estudo em três regiões do Rio Grande do Sul, apoiado pela Fapergs, coordenado pelo professor Pedro Luís Büttenbender; (ii) o projeto O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: pressupostos epistêmico-teóricos e proposta de instrumental metodológico, que está em execução no PPGDTS-UFPR, coordenado pelo professor Valdir Frigo Denardin; (iii) o projeto Patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento dos territórios: estudo da dimensão social em um município da fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, em execução no PPGDPP-UFFS, coordenado pelo professor Edemar Rotta.

das as categorias conceituais e os pressupostos metodológicos convergentes com a abordagem territorial do desenvolvimento. Dois outros artigos estiveram focados em temas que se relacionam à ação coletiva nos territórios: (i) Dallabrida *et al.* (2022), defendendo que processos de articulação territorial, com vistas à prospecção do futuro desejado territorialmente, exigem práticas de governança territorial de base colaborativa, horizontal e democrática, envolvendo os agentes estatais e representações dos setores sociais, produtivo-empresariais e universitários; (ii) Dallabrida, Menezes e Fuini (2022), apresentando o território como uma construção resultante da ação social derivada da interação multiautores (e operadores territoriais) e vivida em um processo histórico, em redes de poder e coalizões socioterritoriais. Neste último artigo o desenvolvimento territorial é concebido numa perspectiva multidimensional, destacando as categorias teóricas “ação territorial”, governança e patrimônio territorial, com suas acepções servindo de referenciais para orientar o processo de análise e prospecção territorial.

Já o dossiê publicado no primeiro trimestre de 2022, com textos da equipe de pesquisa do projeto já referido, foi composto por um texto de apresentação e mais seis artigos que, no seu conjunto, propõem referenciais para a estruturação de um instrumental metodológico multidimensional que pudesse ser utilizado na análise e prospecção territorial.

Como resultado mais importante dos estudos sintetizados nas publicações realizadas em 2021 e 2022, anteriormente referidas, destacamos outro dossiê, este composto por sete artigos. O primeiro apresentando a estrutura geral do referencial metodológico, a *proposta epistêmico-teórico-metodológica referenciada no patrimônio territorial*, sintetizada no Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (Imap). A revista *Desenvolvimento em Questão*, editada sob a responsabilidade do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (Mestrado e Doutorado), da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), acolheu e aceitou a publicação do novo dossiê.

O propósito central do dossiê temático, referente ao Imap, é contribuir no processo de rompimento de paradigmas teórico-metodológicos de caráter disciplinar e/ou setorial, nos estudos relacionados à análise e prospecção territorial. Sem a pretensão de ser a “última palavra” na referência à “abordagem territorial do desenvolvimento”, ousa-se em avançar, abrir novos caminhos, propondo a qualificação dos estudos territoriais, na perspectiva de contemplarem os princípios da integração, interdisciplinaridade e multidimensionalidade. Assim, a realidade socioeconômico-cultural e ambiental, que se expressa em territórios ou regiões, é compreendida na sua complexidade.

Quanto aos artigos que compõem o dossiê, no primeiro deles – Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial: uma proposta de referencial metodológico para estudos territoriais – afirma-se que o referencial metodológico proposto assume a realidade socioeconômica, cultural e ambiental, de forma integrada, multidimensionalmente, reconhecendo a complexidade das dinâmicas territoriais. O objetivo geral consiste em propor um instrumental metodológico adequado à perspectiva territorial de análise, com o fim de contribuir na elaboração de diagnósticos territoriais que favoreçam a prospecção de alternativas inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento, tendo o patrimônio territorial como referência.

Os demais seis artigos, com base em um conjunto de componentes, variáveis e referentes de análise, propõem uma escala de valoração (de 1 a 5), caracterizando situações, desde uma total precariedade até outras de plena ativação de cada uma das dimensões do patrimônio

territorial: (i) cultural, (ii) social, (iii) produtiva, (iv) natural, (v) institucional e (vi) humano-intelectual. Para cada uma das variáveis são sugeridas técnicas e instrumentos de coleta de dados. A aglutinação do resultado das seis dimensões forma o Imap.

O artigo da dimensão cultural destaca que, nas últimas décadas, no entendimento sobre o desenvolvimento deram atenção à caracterização da sua dimensionalidade e sua associação às **condições presentes nos territórios. Assim, uma das dimensões constitutivas é a cultura, cuja compreensão é fundamental para o desenvolvimento territorial. Apresenta, como componentes centrais da dimensão cultural, (i) a multiculturalidade (valores e códigos de conduta), (ii) as manifestações e equipamentos culturais, (iii) a estrutura da mídia e (iv) a economia criativa.**

O artigo da dimensão social afirma que esta compreende as diferentes relações e estruturas constituídas pelos seres humanos nas interações que estabelecem entre si e com a natureza. Apresenta, como componentes centrais da dimensão social, (i) as relações de trabalho e acesso aos bens e serviços produzidos nas sociedades, (ii) as formas de organização e interação que marcam as diversas sociedades específicas e (iii) os valores, normas e estruturas sociais das sociedades.

O artigo da dimensão produtiva propõe-se a detectar as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças, em uma abordagem multidimensional e multidisciplinar, que oportunize gerar cenários, políticas públicas e prioridades na ativação do desenvolvimento territorial. Diante dos diversos estudos acerca das aglomerações produtivas e suas derivações, é indicada a opção teórica que apresenta uma maior convergência com a abordagem territorial, propondo os “*arranjos*” ou “*sistemas territoriais de produção*” como perspectiva teórico-prática de “*territorialização do desenvolvimento*”. Apresenta, como componentes centrais da dimensão produtiva, (i) os sistemas produtivos territoriais, (ii) os sistemas agroalimentares locais e/ou agrossilvopastoris, (iii) a cesta de bens ou serviços territoriais e experiências de indicações geográficas, (iv) os empreendimentos sociais e cooperativos e (v) a trajetória socioeconômica do território.

O artigo da dimensão natural inicia-se afirmando que pensar e agir nos processos de desenvolvimento territorial requer equipes multi/interdisciplinares, para evitar falsas e equivocadas interpretações, que entendem o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, relativizando questões relacionadas à inclusão social e à sustentabilidade ambiental. Ou seja, propõe a necessidade de pensar um padrão de desenvolvimento que não permita a degradação dos ecossistemas, nem a ampliação das desigualdades sociais. Apresenta, como componentes centrais da dimensão natural, (i) a (bio)geodiversidade, (ii) os agroecossistemas, (iii) a vulnerabilidade ambiental urbana, (iv) a cesta de bens e serviços territoriais e (v) as políticas de Estado para a sustentabilidade.

O artigo da dimensão institucional considera as instituições como intermediadoras no processo de conversação entre o poder público e os atores sociais nos territórios, na definição de políticas públicas para o desenvolvimento territorial. Reafirma-se que a estrutura organizacional, a avaliação das medidas de ação e a forma como os atores sociais e institucionais cooperam e se articulam, com vistas a uma visão compartilhada do potencial de desenvolvimento de um território, são fundamentais na articulação de todas as estratégias e dimensões de desenvolvimento. Apresenta, como componentes centrais da dimensão institucional, (i) a capacidade administrativa da estatalidade no território; (ii) as políticas públicas de apoio ao desenvolvimento e (iii) os atores, instituições e arenas de concertação.

O artigo da dimensão humana e intelectual utiliza como referência a Abordagem das Capacidades, de Amartya Sen, visto que essa abordagem teórica conecta-se com a noção de desenvolvimento territorial com o foco da Dimensão Humana e Intelectual, pois esta apresenta indicativos relacionados à população constitutiva dos diversos territórios. Apresenta, como componentes centrais da dimensão humana e intelectual, (i) os saberes formais, (ii) os saberes informais, (iii) os grupos humanos verticais e (iv) os grupos humanos horizontais.

Esse é o conteúdo que nós, com muita honra, apresentamos neste dossiê temático. A todos os leitores desejamos uma profícua leitura, na esperança de que as reflexões e os argumentos aqui expressados contribuam para ampliar os esforços da Academia, das lideranças e gestores públicos, em planejar o futuro, desejado territorialmente pela população que habita nossos territórios e regiões.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos ao CNPq e a FAPERGS pelo auxílio no projeto.

Todo conteúdo da Revista Desenvolvimento em Questão está
sob Licença Creative Commons CC – By 4.0